

Acordo com os credores já está certo

É o que revela Lemgruber: vamos ter 16 anos (com 7 de carência) para pagar a dívida. Mas o vice-presidente do Banco de Boston não está tão seguro sobre isso.

FMI contra aumento de impostos. É o que diz Dornelles.

O Fundo Monetário Internacional prefere que o Brasil implante uma política fiscal rígida, via corte de despesas, o que dispensaria a necessidade de aumentar impostos. Foi o que revelou ontem em Brasília o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles.

Dornelles reiterou que a elevação da carga tributária somente deve ocorrer em último caso. E negou a existência de divergências com o FMI em torno da metodologia do déficit público.

Técnicos do Brasil e do FMI discutiram, ontem pela manhã, no Ministério da Fazenda, o déficit de Cr\$ 4,2 trilhões do sistema de Previdência Social. Embora não tenham chegado a nenhuma decisão, concordaram em que uma das alternativas de financiamento desse déficit poderá ser a antecipação do prazo para o pagamento das taxas pelas empresas, e contribuições ao sistema.

Foi explicado ao FMI que o déficit da Previdência foi reduzido dos Cr\$ 9 trilhões originalmente previstos no início do novo governo, porque houve subestimativa de receita e superestimativa de despesa. Além disso, um eficiente sistema de fiscalização está apresentando resultados positivos.

Até o governo passado, era uma vergonha. Pagava a Previdência quem queria — disse um técnico.

Está descartada, a princípio, a decisão, sugerida na sétima carta de intenções, para uma urgente ação legislativa abrangente com vistas à reorganização tanto das receitas como das despesas, de modo a assegurar uma sólida posição financeira a longo prazo. Isso significaria corte na assistência médica, ou aumento das taxas de contribuição.

Déficit de Cr\$ 100 trilhões?

O secretário-geral adjunto do Ministério da Fazenda, Carlos von Doellinger, foi outro a garantir, ontem, que não existe qualquer divergência entre o Brasil e o FMI em torno do conceito de déficit público. Explicou que o Brasil está tentando convencer a missão de que o conceito de déficit de caixa é o mais adequado para permitir um bom



gerenciamento das finanças públicas. Por sua vez, o conceito do FMI é mais amplo.

A diferença básica, conforme Doellinger, é que o Brasil não inclui no seu conceito a dívida contraída pelo setor público junto ao sistema financeiro nacional e aos bancos oficiais. O importante, de qualquer modo, conforme o assessor da Fazenda, é que se chegará a um acordo em torno de um conceito de déficit mais adequado ao controle da inflação e queda dos juros.

Doellinger explicou que a economista Ana Maria Jul, do FMI, encontrou um déficit de Cr\$ 65 trilhões, baseando-se nos cálculos do Brasil, que apontaram o déficit em Crs 53 trilhões. Como o déficit de caixa pulou para Cr\$ 84,9 trilhões, é de supor-se que o déficit pelo conceito do FMI supere os Cr\$ 100 trilhões.

Brasil deixou de ser Bolívia

O vice-líder governista Fábio Lucena, de plantão na liderança do PMDB, garantiu ontem que "ninguém mais, nem o FMI, vai ditar norma de comportamento para a política interna ou para que o governo possa honrar os compromissos externos assumidos no tempo do regime ancião". E disse ainda que "O Brasil deixou de ser Bolívia".

Ele fez essas afirmações ao intervir num discurso em que o senador Helvídio Nunes, do PDS do Piauí, censurou o tratamento da Nova República à economista Ana Maria Jul, do FMI, que se viu obrigada a tomar até táxi em Brasília. A seu ver, trata-se de uma senhora que sempre se comportou no País com a maior dignidade pessoal e profissional, "fugindo das câmeras e cumprindo o seu papel".

O vice-líder governista advertiu ainda que essas posições definem uma tomada de posição: — A partir de hoje, isto é, a partir da instalação do novo governo, o Brasil deixou de ser Bolívia e ninguém vai imiscuir-se nas decisões soberanas do governo brasileiro no que toca à política econômica interna e aos compromissos externos assumidos ao tempo em que o PDS sustentava o governo autoritário.

"Se o Brasil não prosperar, o que será de toda a América Latina?" perguntava ontem o vice-presidente do Banco de Boston, Frank Aldrich, diante de uma pergunta sobre as novas condições pedidas pelo Brasil para renegociar sua dívida externa. O presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, acabava de pronunciar que o acordo com os bancos já está fechado, mas Aldrich, sem querer confirmar essa informação, dava a entender que os banqueiros não terão mesmo outra alternativa.

A diferença básica entre a posição do Brasil e a dos bancos refere-se ao prazo de pagamento: o governo brasileiro quer 16 anos, com nove de carência, enquanto Aldrich diz que tal prazo nunca foi concedido na história das negociações dos bancos norte-americanos, que propõem no máximo sete anos, com seis de carência. Ambos conversaram durante almoço promovido pelo BC para os participantes da 8ª Reunião do Conselho Empresarial Brasil-EUA, em Brasília. Mas apresentaram dados conflitantes.

Lemgruber disse que o governo já definiu com os bancos credores um reescalonamento da dívida que vence a partir deste ano, com 16 anos para resgatar e sete de carência. Também está acertada, segundo ele, a diminuição do spread (taxa de risco) que o governo paga acima da Libor (taxa de juros do euromercado) em níveis que variam de 1,25% (setor privado) a 1,125% (setor público).

Curto prazo

Quando as negociações com os bancos credores forem reiniciadas, segundo Lemgruber, a discussão principal ficará em torno do montante a ser reescalado, provavelmente US\$ 44 bilhões do principal, já que os banqueiros querem excluir da renegociação US\$ 1,3 bilhão. Este volume se refere ao dinheiro novo de 1984 e alguns créditos de financiamentos de importações, venda da dívida com alguns bancos a instituições não financeiras multinacionais e operações de arrendamento mercantil.

Mas, explicou Lemgruber, o ponto crucial da negociação são os US\$ 16 bilhões das linhas de curto prazo, que são os financiamentos dos bancos estrangeiros aos bancos nacionais com sede no Exterior. "Não podemos permitir que aconteça nada com essas linhas de curto prazo. Isto é o básico".

Além disso, existe uma proposta do governo brasileiro, pela qual se o déficit das contas correntes aumentar em função de um choque externo, os bancos deverão dar uma "facilidade especial", uma espécie de dinheiro novo adicional.

Ao mesmo tempo em que negocia com os bancos credores responsáveis pela maior parcela da dívida, o governo brasileiro já se preocupa

em manter contatos com o Clube de Paris. Para negociar um reescalonamento da dívida com os governos de diversos países, técnicos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento irão à França, este mês, a fim de fazer os primeiros contatos.

Apesar da preocupação com o pedido do Brasil de um prazo de 16 anos para pagar parte de sua dívida, o vice-presidente do Banco de Boston disse que não resta outra solução aos bancos credores senão auxiliar os brasileiros. Acrescentou que a maioria dos bancos têm interesses comerciais no Brasil. O Banco de Boston, por exemplo, tem aplicados, no País, US\$ 300 milhões e está procurando entrar em entendimentos com algum banco de investimento nacional para se associar.

Lemgruber e Aldrich falaram também sobre a necessidade de o País solicitar novos empréstimos, uma hipótese que ambos descartam para 1985. Segundo Lemgruber, o balanço de pagamentos terá, neste ano, um déficit de US\$ 2 bilhões, que serão financiados com recursos de instituições financeiras internacionais e agências governamentais (US\$ 1 bilhão), fornecedores (US\$ 500 milhões) e investimentos diretos (US\$ 500 milhões).

"A situação anormal do País não deve prosseguir por 16 anos, então, pode ser que já em 1990, se o Brasil precisar de dinheiro novo, ele irá pelas vias normais de mercado financeiro." Porém, se isso não ocorrer, explicou Lemgruber, o Brasil não vai deixar incluir uma cláusula no novo acordo com os bancos que impeça o País de pedir dinheiro novo.

Para o vice-presidente do Banco de Boston, provavelmente o governo brasileiro irá pedir dinheiro novo em 86. "Mas o assunto tem que ser muito bem estudado, porque nós também temos nossos problemas. Emprestamos pensando em receber logo e até agora não recebemos. Temos que pensar duas vezes."

Reservas

Outro assunto abordado ontem por Lemgruber: o Brasil conseguiu aumentar em maio suas reservas internacionais em mais de US\$ 400 milhões, chegando a um total de US\$ 8,1 bilhões. Além disso, a previsão é de alcançar este ano um superávit comercial de US\$ 11,7 bilhões. Ao fornecer esses números, o presidente do BC voltou a criticar o protecionismo norte-americano, dizendo que atualmente produtos que representam 40% das exportações brasileiras aos EUA estão submetidos a algum tipo de restrição. E defendeu a ampliação da participação norte-americana nos investimentos no Brasil, que hoje são de US\$ 7,5 bilhões, equivalendo a um terço do total de recursos aplicados no País.